

A exploração em Valparaíso

Os proprietários de escolas particulares prosseguem nas suas práticas abusivas, apesar do crescente protesto dos estudantes e da comunidade.

A onda de manifestações de repúdio à famigerada atuação dos industriais do ensino chegou à vizinha cidade de Valparaíso, no Entorno de Brasília. Ali foi instalada mais uma dessas fabulosas minas de ouro que funcionam com a fachada de estabelecimentos universitários. São as chamadas Faculdades Integradas do Planalto Central a (Fiplac) que, por detrás deste pomposo nome, exercem a mais escancarada forma de exploração da educação superior.

Os estudantes desta instituição estão denunciando as más condições de ensino oferecido e os preços extorsivos das mensalidades cobradas, cujos aumentos vêm sendo feitos bem acima dos índices inflacionários. Mais um vergonhoso exemplo da impunidade que tem prosperado neste setor, à sombra, é claro, da conivente inação dos órgãos de defesa do cidadão e das autoridades responsáveis do poder constituído.

Nesses últimos dias, aquela comunidade estudantil vem se mobilizando em atos de pacífica resistência contra a atitude dos dirigentes da Fiplac. Encorajados pelas suas lideranças e pelo decisivo apoio da UNE, resolveram romper com a submissão passiva e dizer que rejeitam a extorsão lançada nos carnês de pagamento, além de exigirem a imediata melhoria da qualidade dos seus cursos.

Convidado pelos representantes dos alunos, fiz questão de comparecer a algumas das suas manifestações, com o intuito de inteirar-me dos fatos e estimular o entendimento entre as partes



"Os dirigentes fecharam as portas ao diálogo e pretendem impor seus índices escorchantes de aumento..."

em diálogo. Impressionou-me a realidade que pude constatar. Os estudantes são, na sua imensa maioria, trabalhadores que, depois de uma penosa jornada de trabalho subassalariado,

buscam nos cursos noturno da Fiplac os caminhos para sua qualificação universitária e a consequente ascensão social. O esforço dispendido é admirável. Não apenas por terem de cumprir uma jornada suplementar de atividades diárias, mas, também, porque as mensalidades pagas representam uma significativa redução nas disponibilidades financeiras de seu já limitado orçamento familiar. E essa situação tende invariavelmente ao impasse uma vez que os salários são corrigidos abaixo da inflação e as mensalidades escolares bem acima dela. O processo de negociação que os alunos, civilizadamente, tentaram estabelecer com a direção das Faculdades mostrou-se impossível. Os dirigentes fecharam as portas ao diálogo e pretendem impor seus índices escorchantes de aumento das mensalidades.

Por isso, os estudantes, reunidos em assembléia, decidiram resistir. Assinaram, em massa, as procurações que credenciam nossa assessoria jurídica a ingressar na justiça com pedido de autorização para o pagamento em juízo das parcelas corrigidas segundo os índices inflacionários oficiais. Estamos seguros de que o Poder Judiciário há de se pronunciar favoravelmente a esta reivindicação, barrando definitivamente o enriquecimento criminoso dos tubarões da educação e protegendo o louvável esforço do nosso sofrido povo, no rigor impiedoso da sua luta diária e no afã de sua inesgotável esperança.

■ **Agnelo Queiroz** é deputado distrital pelo PC do B

